

WEB JORNALISMO

02/05

• PARAÍBA FEMININA

Energia Eólica: Ministério Público e Defensoria recomendam que Sudema exija condições para conceder licença prévia na Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

02/05

• COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL PB

MPF, MPPB, DPU e DPE/PB recomendam que Sudema exija condições para conceder licença prévia a usinas de energias renováveis na Paraíba



[Mais informações clique aqui](#)

02/05

• JORNAL DA PARAÍBA

MPs e Defensorias querem exigência de condições para licença a usinas de energias renováveis na Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

02/05

• RESENHA POLITIKA

Judiciário estadual atuará junto ao Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte

[Mais informações clique aqui](#)

02/05

• PORTAL DA CAPITAL

Defensoria Itinerante no Sertão: Catolé do Rocha e Pombal são os destinos desta semana

[Mais informações clique aqui](#)

02/05

• RACISMO AMBIENTAL

MPF, MPPB, DPU e DPE/PB recomendam que Sudema exija condições para conceder licença prévia a usinas de energias renováveis na Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

02/05

• ANADEP

PB: STF acolhe pedido da Defensoria Pública em favor de homem em situação de rua

[Mais informações clique aqui](#)

02/05

• BLOG DO BRUNO GIOVANNI

Sudema deve exigir condições para conceder licença a usinas de energias renováveis na Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

02/05

• FOLHA PARAIBANA

Prefeito Laurinho Maia firma mais uma parceria e proporciona a vinda da Defensoria Pública Itinerante

[Mais informações clique aqui](#)

02/05

• FATOS PB

MPF, MPPB, DPU e DPE/PB recomendam que Sudema exija condições para conceder licença prévia a usinas de energias renováveis na Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

02/05

• CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Importância da Defensoria Pública é destacada por parlamentar

[Mais informações clique aqui](#)

02/05

• FATOS PB

Sudema deve exigir condições para conceder licença prévia a usinas de energias renováveis na Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

02/05

• POLÊMICA PARAÍBA

Semas na Rua: Prefeitura de Campina Grande realiza quarta edição do evento que acontece no bairro do Tambor

[Mais informações clique aqui](#)

02/05

• PORTAL DA CAPITAL

Prefeitura de Campina Grande realiza quarta edição do evento que acontece no bairro do Tambor

[Mais informações clique aqui](#)

02/05

• PB NEWS

Importância da Defensoria Pública é destacada por parlamentar

[Mais informações clique aqui](#)

02/05

• TJPB

Judiciário estadual atuará com o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte

[Mais informações clique aqui](#)

02/05

• BLOG DO ELI CAVALCANTE

Em Catolé, Prefeito Laurinho firma parceria e vai trazer Defensoria Pública Itinerante

[Mais informações clique aqui](#)

02/05

• BLOG DO ELI CAVALCANTE

Em Catolé, Prefeito Laurinho firma parceria e vai trazer Defensoria Pública Itinerante

[Mais informações clique aqui](#)

02/05

• PARAÍBA 247

Importância da Defensoria Pública é destacada por parlamentar

[Mais informações clique aqui](#)

02/05

• RESENHA POLITIKA

MPF, MPPB, DPU e DPE/PB recomendam que Sudema exija condições para conceder licença prévia a usinas de energias renováveis na PB

[Mais informações clique aqui](#)

03/05

• PREFEITURA DE CATOLÉ DO ROCHA

Projeto “Balcão de Direito” oferece serviços de defensoria pública no município de Catolé do Rocha

[Mais informações clique aqui](#)

03/05

• PORTAL DA CAPITAL

Sudema terá que exigir condições para conceder licença prévia a usinas de energias renováveis na PB

[Mais informações clique aqui](#)

04/05

• AGENDA POLÍTICA

Mobilidade urbana: deputado propõe construção de viaduto ligando Avenida Beira-Rio ao Altiplano

[Mais informações clique aqui](#)

04/05

• SUMÉ ONLINE

SEMAS NA RUA: 4ª Edição do Projeto da Prefeitura de Campina Grande realiza cerca de 500 atendimentos no bairro do Tambor

[Mais informações clique aqui](#)

04/05

• ALPB

ALPB instala Frente Parlamentar de Mobilidade Urbana e celebra “Maio Amarelo”

[Mais informações clique aqui](#)

05/05

• COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL PB

Defensoria convida órgãos para discutir regularização fundiária e abastecimento da Comunidade do Aratu



[Mais informações clique aqui](#)

05/05

• MPF

MPF participa de discussão na Defensoria Estadual sobre regularização fundiária e abastecimento da comunidade do Aratu

[Mais informações clique aqui](#)

06/05

• BLOG DO MARCOS LIMA

Defensoria Pública do Estado retorna ao município de Lucena na próxima 5ª feira (11)

[Mais informações clique aqui](#)

08/05

• EESAP

Faculdade EESAP firma novo convênio com a Defensoria Pública da Paraíba para expansão de vagas de estágio e criação de novo Núcleo de Práticas Jurídicas

[Mais informações clique aqui](#)

08/05

• ANADEP

PB: Ação da DPE garante direito ao passe livre para homem com visão monocular

[Mais informações clique aqui](#)

08/05

• GOVERNO DA PARAÍBA

Governo da Paraíba participa da Semana Nacional do Registro Civil com Programa Cidadão

[Mais informações clique aqui](#)

08/05

• FACULDADE TRÊS MARIAS

Faculdade Três Marias firma novo convênio com a Defensoria Pública da Paraíba para expansão de vagas de estágio e criação de novo Núcleo de Práticas Jurídicas

[Mais informações clique aqui](#)

08/05

• PARAÍBA ONLINE

Paraíba participa da Semana Nacional do Registro Civil

[Mais informações clique aqui](#)

08/05

• TJPB

Juizes do TJPB levam experiência do Núcleo de Saúde do Judiciário estadual ao Ministério Público da Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

09/05

• ALPB

Comissão de Orçamento fará audiências públicas itinerantes para discutir a LDO 2024

[Mais informações clique aqui](#)

09/05

• PORTAL DA CAPITAL

DPE convida órgãos para discutir regularização fundiária e abastecimento da comunidade do Aratu

[Mais informações clique aqui](#)

09/05

• PREFEITURA DE JOÃO PESSOA

Ao lado de secretário nacional, Cícero Lucena abre capacitação para servidores de Defesa do Consumidor

[Mais informações clique aqui](#)

10/05

• TJPB

Presidente do TJ abre Simpósio da Gestão Intersetorial de Enfrentamento à Violência contra a Mulher na UFPB

[Mais informações clique aqui](#)

11/05

• POLÍTICA & ETC

Defensoria Pública volta a atender população de Lucena nesta quinta-feira

[Mais informações clique aqui](#)

11/05

• ALPB

ALPB debate LDO 2024 durante audiência pública itinerante em Campina Grande

[Mais informações clique aqui](#)

11/05

• CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE

Deputados “sobem a serra” e na CMCG promovem Audiência Pública para discutir LDO 2024 da Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

12/05

• PORTAL DA CAPITAL

Mulheres privadas de liberdade são surpreendidas em ação alusiva ao Dia das Mães

[Mais informações clique aqui](#)

12/05

• BLOG DO DÉRCIO

DPE-PB garante liberdade a assistido que continuava preso após cumprimento da pena

[Mais informações clique aqui](#)

12/05

• ANADEP

PB: Defensoria garante liberdade a assistido que continuava preso após cumprimento da pena

[Mais informações clique aqui](#)

12/05

• A PALAVRA ONLINE

Mulheres privadas de liberdade são surpreendidas em ação alusiva ao Dia das Mães

[Mais informações clique aqui](#)

12/05

• PORTAL DA CAPITAL

Corregedor-geral de Justiça faz visita de cortesia à Sede da Defensoria Pública

[Mais informações clique aqui](#)

12/05

• TJPB

Vara Única da Comarca do Conde reduziu em mais de 50% do acervo processual ativo e alcança marca histórica

[Mais informações clique aqui](#)

12/05

• PREFEITURA DE JOÃO PESSOA

Caravana do Cuidar registra mais de 360 atendimentos na comunidade Aratu

[Mais informações clique aqui](#)

12/05

• CLICK PB

Mais de 130 certidões de nascimento e 60 CPFs são emitidos em mutirão para pessoas em situação de rua em João Pessoa

[Mais informações clique aqui](#)

12/05

• PORTAL DA CAPITAL

Defensoria garante liberdade a assistido que continuava preso após cumprimento da pena

[Mais informações clique aqui](#)

14/05

• PB AGORA

Defensoria Pública lança cartilha para orientar as mães sobre seus direitos



[Mais informações clique aqui](#)

14/05

• BLOG DO DÉRCIO

Defensoria Pública lança cartilha para orientar as mães sobre seus direitos

[Mais informações clique aqui](#)

15/05

• PORTAL CORREIO

Ministra do STF manda trancar inquérito que apurava furto de R\$ 60 na Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

15/05

• CORREGEDORIA TJPB

'Registre-se' - Evento emitiu 126 certidões de Registro Civil para pessoas em situação de rua de João Pessoa

[Mais informações clique aqui](#)

15/05

• PORTAL DA CAPITAL

Defensoria da Paraíba obtém Habeas Corpus no STF com base no Princípio da Insignificância

[Mais informações clique aqui](#)

15/05

• VITRINE DO CARIRI

STF tranca ação contra homem suspeito de furtar esmalte e desodorante na Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

15/05

• PODER PARAÍBA

Carmém Lúcia determina fim de inquérito que investigava furto de R\$60 em loja na Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

15/05

• POLÊMICA PARAÍBA

Câmara Municipal debate o Racismo Institucional e Estrutural em sessão proposta pelo vereador Marcos Henriques, alusiva ao 13 de Maio

[Mais informações clique aqui](#)

15/05

• SÃO BENTO EM FOCO

STF tranca ação contra homem suspeito de furtar esmalte e desodorante na PB

[Mais informações clique aqui](#)

15/05

• A PALAVRA ONLINE

Defensoria da PB obtém Habeas Corpus no STF com base no Princípio da Insignificância

[Mais informações clique aqui](#)

15/05

• MAIS PB

STF tranca ação contra homem suspeito de furtar esmalte e desodorante na PB

[Mais informações clique aqui](#)

15/05

• PORTAL DO BREJO

Ministra do STF manda trancar inquérito que apurava furto de R\$ 60 em Guarabira, na PB

[Mais informações clique aqui](#)

15/05

• POLÍTICA & ETC

Defensoria da Paraíba obtém Habeas Corpus no STF em inquérito que apurava furto de R\$ 60



[Mais informações clique aqui](#)

15/05

• WSCOM

Defensoria Pública lança cartilha para orientar as mães sobre seus direitos

[Mais informações clique aqui](#)

15/05

• BLOG DO DÉRCIO

DPE-PB obtém Habeas Corpus no STF com base no Princípio da Insignificância

[Mais informações clique aqui](#)

15/05

• PARAÍBA MIX

STF tranca ação contra homem suspeito de furtar esmalte e desodorante na Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

16/05

• JORNAL DA PARAÍBA

Ministra tranca ação contra homem que furtou esmalte e desodorante na Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

16/05

• PORTAL DA CAPITAL

Defensoria Pública da Paraíba é homenageada em evento dos Direitos Humanos na Bahia

[Mais informações clique aqui](#)

16/05

• POLÍTICA JP

STF tranca ação contra homem suspeito de furtar esmalte e desodorante na PB

[Mais informações clique aqui](#)

16/05

• JURI NEWS

Ministra Cármen Lúcia tranca ação contra homem que furtou esmalte e desodorante na Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

16/05

• TJPB

Evento 'Registre-se' emitiu 126 certidões de Registro Civil para pessoas em situação de rua em JP

[Mais informações clique aqui](#)

16/05

• PORTAL DA CAPITAL

Defensoria Pública realiza cerca de 100 atendimentos na Semana do Registro Civil

[Mais informações clique aqui](#)

16/05

• AMPARO LIGADO

Ministra tranca ação contra homem que furtou esmalte e desodorante na Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

16/05

• PORTAL DA CAPITAL

São Bento recebe Defensoria Itinerante de 16 a 18 de maio

[Mais informações clique aqui](#)

16/05

• PB VALE

Deputada Danielle do Vale apresenta 28 proposições durante sessão da ALPB nesta terça-feira

[Mais informações clique aqui](#)

16/05

• PORTAL DA CAPITAL

DPE debate inclusão com presidente da Frente Parlamentar de Mobilidade Urbana da ALPB

[Mais informações clique aqui](#)

17/05

• BRASIL DE FATO

STF encerra ação contra indivíduo acusado de furtar esmalte e desodorante na Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

17/05

• POLÍTICA & ETC

DPE-PB participa instalação da Frente Parlamentar para fortalecimento das Defensorias Públicas

[Mais informações clique aqui](#)

17/05

• PORTAL DA CAPITAL

DPE-PB participa instalação da Frente Parlamentar para fortalecimento das Defensorias Públicas



[Mais informações clique aqui](#)

17/05

• BRASIL DE FATO PB

STF encerra ação contra indivíduo acusado de furtar esmalte e desodorante, em Guarabira-PB

[Mais informações clique aqui](#)

18/05

• PORTAL DA CAPITAL

Defensoria Pública lança informativo sobre direitos das pessoas LGBTQIAPNB+

[Mais informações clique aqui](#)

18/05

• PORTAL DA CAPITAL

Congresso lança Frente Parlamentar em apoio às Defensorias Públicas

[Mais informações clique aqui](#)

19/05

• F5 ONLINE

Média de processos por defensor público na Paraíba chega a 1,2 mil

[Mais informações clique aqui](#)

19/05

• ESPEP

ESPEP e Defensoria Pública fortalecem a parceria com assinatura de Termo de Cooperação Técnica

[Mais informações clique aqui](#)

19/05

• PORTAL T5

Defensoria reclama de déficit, sobrecarga e defasagem salarial na PB

[Mais informações clique aqui](#)

19/05

• TJPB

Em 10 anos, nenhum óbito de criança ou adolescente ameaçado de morte foi registrado na PB

[Mais informações clique aqui](#)

19/05

• BLOG DO DÉRCIO

Média de processos por defensor público na Paraíba chega a 1,2 mil

[Mais informações clique aqui](#)

19/05

• TJPB

Integrantes do GMF-PB discutem melhorias no Sistema Prisional do Estado

[Mais informações clique aqui](#)

19/05

• GOVERNO DO ESTADO

Secretário de Planejamento apresenta projeto de LDO em audiência na Câmara de Cajazeiras

[Mais informações clique aqui](#)

19/05

• TJPB

Desembargador João Benedito reúne auxiliares com servidores, assessores e gerentes da 5ª Circunscrição

[Mais informações clique aqui](#)

21/05

• WSCOM

Paulo Bezerril revela propostas para valorizar Defensoria Geral na atual disputa

[Mais informações clique aqui](#)

22/05

• MPF

Ministérios Públicos e Defensorias recomendam que Incra exija consulta prévia em projetos de energias renováveis na Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

22/05

• PARAÍBA JÁ

MPs e Defensorias recomendam que Incra realize consulta sobre projetos de energia na PB

[Mais informações clique aqui](#)

22/05

• RACISMO AMBIENTAL

Ministérios Públicos e Defensorias recomendam que Incra exija consulta prévia em projetos de energias renováveis na Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

22/05

• ANADEP

PB: Média de processos por defensor público na Paraíba chega a 1,2 mil

[Mais informações clique aqui](#)

23/05

• BLOG DO DÉRCIO

Defensoria Pública doa livros para estabelecimentos penais da Paraíba



[Mais informações clique aqui](#)

23/05

• TJPB

Vepa da Comarca de João Pessoa realizou 749 audiências de custódia de janeiro a maio deste ano

[Mais informações clique aqui](#)

23/05

• CLICK PB

Deputados aprovam projeto que aumenta salários dos defensores públicos na Paraíba em 12%

[Mais informações clique aqui](#)

23/05

• JORNAL DA PARAÍBA

Assembleia Legislativa aprova reajuste de 12% para defensores públicos da Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

23/05

• WSCOM

Assembleia Legislativa aprova PL da Defensoria que reajusta em 12% os salários da categoria

[Mais informações clique aqui](#)

23/05

• GUTEMBERG CARDOSO

Assembleia Legislativa aprova projeto que aumenta salários dos defensores públicos na Paraíba em 12%

[Mais informações clique aqui](#)

23/05

• TJPB

Equipe da Vara da Infância de Campina Grande visita instituições que atendem a crianças e adolescentes

[Mais informações clique aqui](#)

23/05

• PARAÍBA MIX

Deputados aprovam projeto que aumenta salários dos defensores públicos na Paraíba em 12%

[Mais informações clique aqui](#)

23/05

• OAB-PB

OAB-PB realiza seminário sobre racismo; confirma programação

[Mais informações clique aqui](#)

23/05

• PARAÍBA JÁ

Cícero Lucena e presidente do TRT-13 assinam cooperação para implantação do Centro Integrado de Justiça Social

[Mais informações clique aqui](#)

24/05

• PARLAMENTO PB

Assembleia aprova PL da Defensoria que reajusta em 12% o subsídio da categoria

[Mais informações clique aqui](#)

24/05

• F5 ONLINE

Assembleia Legislativa aprova PL que reajusta em 12% o salário dos defensores públicos na Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

24/05

• COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Usina Maravilha ameaça despejar famílias Sem Terra em Caaporã (PB)

[Mais informações clique aqui](#)

24/05

• PORTAL DA CAPITAL

Assembleia Legislativa aprova PL da Defensoria que reajusta subsídio da categoria

[Mais informações clique aqui](#)

24/05

• EXPRESSO PB

Após oito anos sem reajuste, ALPB aprova aumento de 12% dos defensores públicos

[Mais informações clique aqui](#)

24/05

• TRT 13

TRT-13 e Prefeitura de João Pessoa firmam parceria para Centro Integrado da Justiça Social

[Mais informações clique aqui](#)

24/05

• F5 ONLINE

Defensorias e MPs emitem recomendação ao Incra sobre projetos de energias renováveis na PB



[Mais informações clique aqui](#)

25/05

• PORTAL DA CAPITAL

Em ação da DPE, Justiça defere pedido de adoção por pais afetivos em menos de um mês

[Mais informações clique aqui](#)

25/05

• PORTAL T5

Defensoria Pública aciona empresa suspeita de fraudar consórcios em JP

[Mais informações clique aqui](#)

25/05

• PORTAL T5

Defensoria Pública aciona empresa suspeita de fraudar consórcios em JP

[Mais informações clique aqui](#)

25/05

• WSCOM

Juiz da 2a Vara Cível de João Pessoa concede liminar e manda suspender eleição na Associação dos Defensores na Paraíba neste dia 26

[Mais informações clique aqui](#)

25/05

• ANADEP

PB: Em ação da DPE, Justiça defere pedido de adoção por pais afetivos em menos de um mês

[Mais informações clique aqui](#)

26/05

• JORNAL DA PARAÍBA

LDO 2024: ALPB encerra ciclo de audiência com debate em João Pessoa

[Mais informações clique aqui](#)

26/05

• PORTAL DA CAPITAL

Defensoria Pública recebe deputados da Comissão de Orçamento da ALPB em visita de cortesia

[Mais informações clique aqui](#)

26/05

• GOVERNO DA PARAÍBA

Mulheres vítimas de violência doméstica terão atendimento prioritário no Sine-PB

[Mais informações clique aqui](#)

26/05

• ALPB

ALPB debate LDO 2024 com poderes, autarquias e representantes da sociedade durante audiência pública em João Pessoa

[Mais informações clique aqui](#)

26/05

• POLÊMICA PARAÍBA

Juiz concede liminar e manda suspender eleição na Associação dos Defensores Públicos da Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

26/05

• R7

Mulheres que sofreram violência doméstica terão atendimento prioritário no Sine-PB

[Mais informações clique aqui](#)

26/05

• REPÓRTER PB

Mulheres vítimas de violência doméstica terão atendimento prioritário no Sine-PB

[Mais informações clique aqui](#)

26/05

• PORTAL DA CAPITAL

Defensoria volta a reunir órgãos públicos para discutir problemas da comunidade do Aratu

[Mais informações clique aqui](#)

26/05

• REPÓRTER PB

Mulheres vítimas de violência doméstica terão atendimento prioritário no Sine-PB

[Mais informações clique aqui](#)

26/05

• PARAÍBA ONLINE

Sine-PB: mulheres vítimas de violência doméstica terão atendimento prioritário

[Mais informações clique aqui](#)

26/05

• MPPB

MPPB participa de audiência pública sobre PL das diretrizes orçamentárias 2024

[Mais informações clique aqui](#)

26/05

• GOVERNO DA PARAÍBA

Semana Estadual de prevenção ao desaparecimento de crianças e adolescentes promove debate para evitar casos

[Mais informações clique aqui](#)

26/05

• PORTAL CORREIO

Mulheres que sofreram violência doméstica terão atendimento prioritário no Sine-PB

[Mais informações clique aqui](#)

26/05

• WSCOM

Mulheres que sofreram violência doméstica terão atendimento prioritário no Sine-PB

[Mais informações clique aqui](#)

26/05

• POLÍTICA & ETC

Mulheres vítimas de violência doméstica terão atendimento prioritário no Sine-PB

[Mais informações clique aqui](#)

27/05

• REPÓRTER PB

Anoreg-PB concilia esforços com a DPE-PB para realização de casamento coletivo homoafetivo gratuito

[Mais informações clique aqui](#)

27/05

• OS GUEDES

Anoreg-PB concilia esforços com a DPE-PB para realização de casamento coletivo homoafetivo gratuito

[Mais informações clique aqui](#)

27/05

• PB NEWS

Anoreg-PB concilia esforços com a DPE-PB para realização de casamento coletivo homoafetivo gratuito

[Mais informações clique aqui](#)

27/05

• PORTAL DO LITORAL

Anoreg-PB concilia esforços com a DPE-PB para realização de casamento coletivo homoafetivo gratuito

[Mais informações clique aqui](#)

27/05

• BLOG DO MANSO

Governador sanciona lei que fixa novo subsídio dos membros da Defensoria Pública da Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

27/05

• SÃO BENTO EM FOCO

Anoreg-PB concilia esforços com a DPE-PB para realização de casamento coletivo homoafetivo gratuito

[Mais informações clique aqui](#)

27/05

• NOTÍCIA PARAÍBA

Mulheres que sofreram violência doméstica terão atendimento prioritário no Sine Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

27/05

• TÁ NA ÁREA

Anoreg-PB concilia esforços com a DPE-PB para realização de casamento coletivo homoafetivo gratuito

[Mais informações clique aqui](#)

28/05

• WSCOM

Em audiência pública sobre LDO 2024 Defensoria Pública retoma discussão sobre orçamento

[Mais informações clique aqui](#)

28/05

• CÂNDIDO NÓBREGA

Anoreg-PB concilia esforços com a DPE-PB para realização de casamento coletivo

[Mais informações clique aqui](#)

29/05

• PORTAL DA CAPITAL

Defensoria Pública retoma discussão sobre orçamento em audiência pública da LDO

[Mais informações clique aqui](#)

29/05

• PARAÍBA TOTAL

Anoreg-PB concilia esforços com a DPE-PB para realização de casamento coletivo homoafetivo gratuito

[Mais informações clique aqui](#)

30/05

• ANADEP

PB: Defensoria consegue novo julgamento para ré com semi-imputabilidade

[Mais informações clique aqui](#)

30/05

• IFPB

Campus Santa Rita realiza a II Semana de Combate à LGBTfobia

[Mais informações clique aqui](#)

31/05

• MPPB

MPPB amplia expediente nesta sexta-feira para compensar ponto facultativo

[Mais informações clique aqui](#)

31/05

• TJPB

Justiça estadual funcionará em dois períodos sexta-feira para compensar expediente do dia 9

[Mais informações clique aqui](#)

31/05

• MPF

MPF participa de debate sobre impactos na implantação de parques eólicos e solares na Paraíba

[Mais informações clique aqui](#)

31/05

• RACISMO AMBIENTAL

MPF participa de debate sobre impactos na implantação de parques eólicos e solares na Paraíba

Mais informações [clique aqui](#)

31/05

• SÃO BENTO EM FOCO

Expediente do MPPB será nos dois turnos, nesta sexta-feira

Mais informações [clique aqui](#)

16/05

- Entrevista com Dra. Madalena Abrantes sobre o Dia da Defensoria Pública e do Defensor Público -CORREIO DEBATE - TV CORREIO



PARTE 1

PARTE 2

PARTE 3

17/05

- Entrevista com Dra. Remédios sobre o Lançamento do Informativo LGBTQIAPNB+ e o Dia do Defensor Público - JORNAL ESTADUAL - RÁDIO TABAJARA



OUVIR

24/05

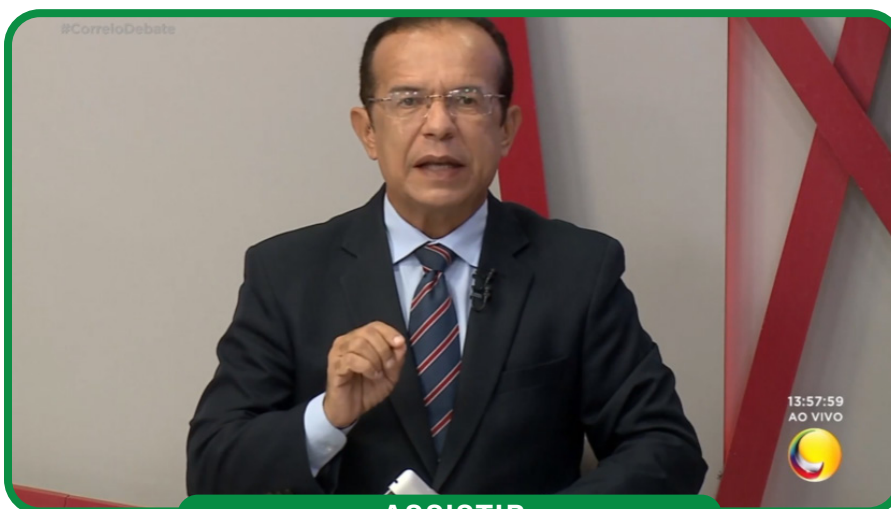
- Laerte Cerqueira comenta sobre a política paraibana no Bom Dia Paraíba (Reajuste de 12% nos subsídios dos Defensores Públicos)



ASSISTIR

24/05

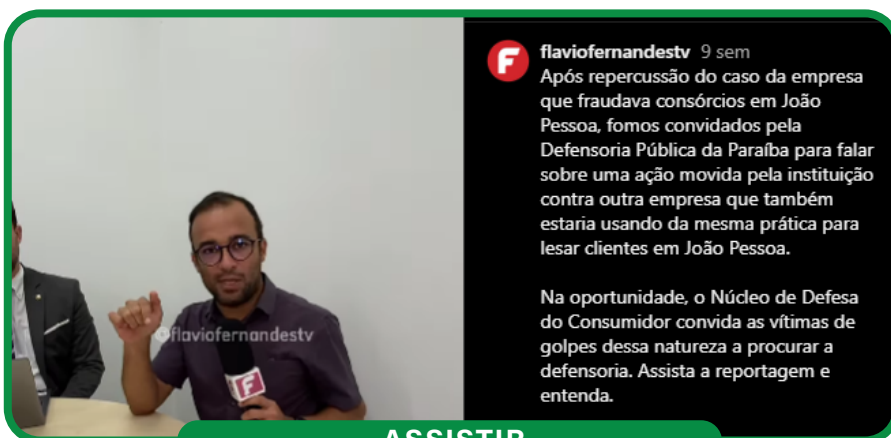
- ALPB aprova reajuste de 12% de subsídio da defensoria pública e cessão do Hospital Edson Ramalho - CORREIO DEBATE - TV CORREIO



ASSISTIR

25/05

- Defensoria Pública move ação contra empresa que fraudava consórcios em João Pessoa - FLÁVIO FERNANDES



ASSISTIR

25/05

- Celebração de termo de parceria entre a SEMDH e a Defensoria Pública - POLLYANNA DUTRA OFICIAL



ASSISTIR

24/05

- Mais de 60 mil casos foram atendidos na defensoria pública da PB em 2023 - JPB 1 - TV CABO BRANCO



JPB 1

DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL

12:27

Mais de 60 mil casos foram atendidos nos primeiros quatro meses do ano

ASSISTIR

DEFENSORIA ITINERANTE

Catolé do Rocha e Pombal são os destinos desta semana

A Defensoria Itinerante chega ao Sertão do estado, nos municípios de Catolé do Rocha e Pombal para promover assistência jurídica gratuita e integral à população em situação de vulnerabilidade. A unidade móvel da Defensoria estará em Catolé até hoje, na Praça Fábio Mariz Maia, no Centro da cidade, e estacionará em Pombal, na Praça do Centenário, amanhã e sexta-feira. As ações têm como parceiras as prefeituras municipais.

Os atendimentos nos municípios serão realizados mediante distribuição de fichas a partir

das 7h30 e ocorrerão efetivamente das 8h às 16h. Todas as pessoas hipossuficientes que habitam nas cidades que compõem as comarcas de Catolé do Rocha e Pombal podem ser atendidas durante as ações.

Em Catolé, os cidadãos que residem nas cidades de Belém do Brejo do Cruz, Bom Sucesso, Brejo do Cruz, Brejo dos Santos, Jericó, Mato Grosso, Riacho dos Cavalos e São José do Brejo do Cruz poderão buscar a Itinerante. Já em Pombal, os assistidos dos municípios de Cajazeirinhas, Lagoa, São Bentinho e

São Domingos poderão se dirigir à unidade móvel para receber atendimento. Durante as ações, os interessados podem consultar processos em andamento, esclarecer dúvidas sobre os seus direitos e realizar o ingresso de novas ações. Com a chegada da Itinerante nas cidades, os assistidos também não precisam se deslocar até os Fóruns para obter assistência jurídica gratuita.

Demandas relacionadas à área de família, como as de alimentos, divórcio, pensão, guarda e curatela são sempre as mais procuradas,

mas a Defensoria também oferece auxílio jurídico em outras áreas da Justiça Estadual (Cível, Criminal e Fazenda Pública). Atendendo e ajuizando ações de usucapião, reintegração de posse, sucessão, herança, cobranças, contestações, mandados de segurança e demandas de saúde. Para receber atendimento, o assistido deve apresentar documentos pessoais, como RG, CPF e comprovante de residência, além dos documentos relativos ao serviço para o qual busca atendimento.

As pessoas com renda familiar de até três salários mí-

nimos nacionais vigentes podem ser atendidas pela Defensoria Pública.

CINCO CRIMES

Homem é condenado a 15 anos e dois meses de prisão na capital

Carol Cassoli
carolcassoli@gmail.com

Em João Pessoa, um homem foi condenado a 15 anos e dois meses de prisão, ontem, pelo cometimento de cinco crimes, dentre eles homicídio, lesão corporal e furto. Os crimes aconteceram em 2018, no Distrito Industrial, e o réu estava em prisão preventiva em São Paulo desde 2021. Agora, o

criminoso voltará para São Paulo para cumprir pena em regime fechado.

A sentença referiu-se ao atropelamento de Gleyciele Maria de Sousa Pereira, uma criança de dois anos, por uma motocicleta, em janeiro de 2018. Embora tenha sido socorrida após o choque com o veículo, a vítima não resistiu e faleceu. À época, o motorista da moto tinha 21 anos e con-

fessou o atropelamento. A Polícia Civil, o motociclista disse que a criança invadiu a pista correndo e que, por isso, não foi possível desviar dela. Depois de ser ouvido pela polícia, o homem foi liberado e o caso ficou sob responsabilidade da Delegacia de Acidentes de Trânsito.

Em 2021, o réu foi preso preventivamente por evasão do domicílio onde res-

ponderia ao processo em curso desde 2018. Ele saiu de João Pessoa para São Paulo sem avisar as autoridades anteriormente.

A condenação aconteceu ontem e a mãe de Gleyciele, que também foi vítima do rapaz, esteve presente no plenário durante todo o julgamento, inclusive quando o réu foi condenado a cumprir pena de 14 anos por homicídio e um ano e dois

meses por lesão corporal. Acusado de furto, o réu foi absolvido. Houve absolvição também para a acusação de embriaguez, já que não existiam provas suficientes para a condenação. Além disso, como o rapaz já havia confirmado não ter carteira de habilitação, o júri não debateu o assunto.

O homem foi defendido pela Defensoria Pública. Após a conclusão do júri, a

defesa informou que recorrerá da decisão.

Depois da leitura da sentença, o réu afirmou que não deseja voltar a João Pessoa para o cumprimento da pena, porque teme por sua vida. Agora, o culpado deve retornar a São Paulo e, lá, ser direcionado a uma unidade prisional, porque o centro de detenção onde se encontrava é voltado a prisões provisórias.

BENEFÍCIO

Ação da Defensoria Pública garante direito ao passe livre para homem com visão monocular

Uma decisão da Justiça representa uma vitória da Defensoria Pública da Paraíba (DPE-PB) para as pessoas que possuem visão monocular (cegueira de um olho) no estado. A Primeira Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba decidiu em favor do assistido pela DPE, reconhecendo o direito ao benefício da gratuidade no transporte coletivo municipal. Ontem, 5 de maio, foi celebrado o Dia da Pessoa com Visão Monocular, a data visa conscientizar a população sobre a inclusão social de pessoas com visão em apenas um olho.

A ação foi ajuizada contra a Associação das Empresas de

Transporte Coletivo Urbano de João Pessoa (AETC), depois que o ente municipal negou o direito do assistido de retirar a carteira de "Passe Livre", que garante o transporte gratuito nos ônibus municipais. A justificativa dada foi de que o homem "possui boas condições de acessibilidade para transporte coletivo".

O defensor público da 1ª Vara Regional Cível de Mangabeira, João Gaudêncio Diniz Cabral, ingressou com recurso depois que a Primeira Instância considerou o pedido improcedente com base em Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado anteriormente pela AETC e o Ministério Público. Com apoio da

assessora jurídica da DPE, Wiliane Alencar, o defensor público argumentou tratar-se de "uma discriminação não considerar a cegueira monocular como causa de deficiência a ensejar gratuidade de passagem, reconhecendo que a mesma se encaixa no conceito de deficiência permanente inserto nos incisos I e II do artigo 3º do Decreto nº 3.298/99", no que foi acolhido pela Justiça.

A decisão judicial ressaltou que vigora, em João Pessoa, a Lei Ordinária nº 13.380, de 20 de janeiro de 2017, que reconheceu a visão monocular como deficiência visual. "Assim, entendemos que não se pode limitar o benefício de gratuidade nos trans-

portes públicos coletivos, visto que a finalidade da legislação é a inclusão social, assegurando aos deficientes, principalmente aos mais necessitados, o acesso à educação e ao trabalho", destacou o juiz.

Há ainda a legislação federal que classifica a visão monocular como deficiência visual, sancionada há dois anos (Lei nº 14.126/21), garantindo que as pessoas que enxerguem com apenas um olho tenham os mesmos direitos e benefícios das pessoas com deficiência. A legislação também obriga o Poder Executivo a criar instrumentos de avaliação desse tipo de deficiência.

SEMANA DO REGISTRO CIVIL

Programa Cidadão integra evento

Iniciativa do CNJ na Paraíba está sendo realizada pela Corregedoria Geral de Justiça do Estado e parceiros

Governo da Paraíba, por meio do Programa Cidadão, está participando da Semana Nacional do Registro Civil (Semana Registre-se). A iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na Paraíba tem realização da Corregedoria Geral de Justiça do Estado e parceiros. A ação, iniciada ontem, segue até a próxima sexta-feira, das 8h às 16h, na sede do Programa Cidadão, no Espaço Cultural José Lins do Régio, em João Pessoa. O objetivo é atender cerca de 170 pessoas em situação de rua para emissão da Certidão de Nascimento e outros documentos básicos como, RG, CPF e Título de Eleitor.

Registre-se

A Semana Nacional "Registre-se" foi instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio do Programa de Enfrentamento ao Sub-registro Civil e de Ampliação ao Acesso à Documentação Básica por Pessoas Vulneráveis, que este ano tem como público-alvo prioritário a população em situação de rua.

"A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano tem um papel importante nesta ação. Sabemos que o Governo do Estado e o Brasil, de maneira geral, precisam promover a mitigação do sub-registro. É uma satisfação ver diversas instituições empenhadas nesta ação dando oportunidade a essas pessoas que estão em situação de vulnerabilidade e que precisam de cidadania para garantir sua segurança jurídica e acesso aos direitos mais básicos", enfatiza o assessor Vitor Lucena, que na ocasião representou a secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, Pollyanna Dutra.

Por sua vez, a coordenadora do Comitê Gestor Estadual para Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação ao Acesso à Documentação Básica, instalado no âmbito da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (Sedh), Rosângela Assunção, lembrou a atuação do Programa Cidadão nesse processo, observando que a população vulnerável já é atendida com a emissão de 2ª via de RGs. "Nós entendemos que é fundamental para os serviços da política pública de assistência social, acolher, proteger e acompanhar até o final todo esse processo. Essa ação de cidadania deve ser permanente com o auxílio de todos os órgãos. Debateremos no Comitê para que o fluxo seja mais ágil e que as demandas e dificuldades possam ser sanadas", enfatizou a coordenadora.

Parcerias

O corregedor-geral de Justiça da Paraíba, desembargador Carlos Martins Beltrão Filho, na ocasião, destacou o papel fundamental das parcerias na execução da ação. "Não há protagonismo individual. Todos que estão aqui participaram dessa ação coletiva. Uma ação social de cidadania que volta os olhos para muitas pessoas que estão na nossa frente, muitas vezes bem perto, mas que são 'invisíveis'. Desejo uma semana de muito trabalho, de valorização do ser humano, de dignidade e cidadania".

"Foi em uma boa hora que a Corregedoria do CNJ eleguessa população mais vulnerável nessa primeira edição da Semana Registre-se. São pessoas que se encontram em situação de rua,



Ação, iniciada ontem, segue até a próxima sexta-feira, das 8h às 16h, na sede do Programa Cidadão, no Espaço Cultural, em JP

mais de 200 mil pessoas em nosso país. Há ainda mais de 3% da população do nosso país sem qualquer documentação civil. Isso significa que essas pessoas estão impedidas de exercer a cidadania, de ter acesso aos serviços públicos mais essenciais, estão privadas de pleitear benefícios previdenciários e estão privadas de participar das políticas públicas, simplesmente porque não têm seu Registro de Nascimento, Carteira de Identidade ou Título de Eleitor", explicou o juiz corregedor de Justiça da Paraíba, Antônio Carneiro de Paiva Júnior.

Situação de rua

Para mapeamento e arti-

culação do encaminhamento das pessoas em situação de rua para o evento, foi realizado um trabalho prévio junto a entidades e instituições que trabalham diretamente com essa população. O Banho Cidadão, ação desenvolvida por meio de convênio com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, foi uma das portas de entrada utilizada pela organização para viabilizar o encaminhamento de pessoas para a Semana Registre-se.

Dona Maria José da Silva tem 55 anos e foi em busca de conseguir localizar seu Registro Civil e emitir sua Certidão de Nascimento. Atendida inicialmente pela Defensoria Pública, também

parceira do evento, ela se coloca esperançosa. "Eu tenho fé que eu consigo. Se eu conseguir esse Registro eu terei tudo na vida. Você acredita que eu tenho orado até pelo Juiz?", declarou emocionada.

O Governo da Paraíba mantém o Programa Cidadão que realiza a emissão gratuita de documentação básica para as pessoas mais vulneráveis. Somente no ano de 2022 foram cerca de 77 mil documentos emitidos. O Programa funciona em sua sede, em João Pessoa, espaço que sedia a semana "Registre-se", e com ações itinerantes que percorrem todo o Estado. Ainda no âmbito do acesso à documentação básica, o Governo ampliou o número

de Casas da Cidadania, inaugurando 26 casas nos últimos quatro anos, totalizando 45 Casas de Cidadania em funcionamento na Paraíba.

Outros parceiros da Semana Nacional do Registro Civil na Paraíba: Associação dos Notários e Registradores do Estado (Anoreg), Associação dos Registradores das Pessoas Naturais da Paraíba (Arpen), Ministério Público estadual, Defensoria Pública, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano (Sedh), Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Casa da Cidadania (Sedhuc), Funesc, Instituto da Polícia Civil (IPC), Polícia Militar, Hospital Padre Zé e Ação Social Arquidiocesana.

ITINERANTES

Assembleia inicia audiências públicas amanhã

Juliana Teixeira
julianamaranjoteixeira@gmail.com

A Assembleia Legislativa da Paraíba inicia amanhã o ciclo de Audiências Públicas Itinerantes, em várias regiões, para debater a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2024). A primeira será realizada em Campina Grande, na Câmara Municipal, a partir das 10h.

Na manhã de ontem, houve a votação do relatório preliminar do Projeto de Lei 300/2023, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2024, durante a reunião virtual da Comissão de Orçamento, Fiscalização, Tributação e de Transparência. A aprovação foi o marco da abertura dos prazos regimentais para a realização de audiências públicas.

Os membros da Comissão também definiram o calendário de discussões com a realização de audiências públicas em várias regiões da Paraíba.

O relator da LDO 2024, deputado Branco Mendes (Republicanos), emitiu parecer pela aprovação da tramitação da matéria na Casa de Epitácio Pessoa. Segundo ele, o texto enviado pelo Poder Executivo "é cirúrgico" e atende ao planejamento das demandas específicas dos órgãos e Poderes. "Prestigia a harmonia entre os Poderes e o equilíbrio financeiro orçamentário. Opino fortemente pela admissibilidade e tramitação deste projeto de lei", argumentou o relator.

O presidente da Comissão de Orçamento, deputado Jutay Meneses (Republicanos), demonstrou certa preocupação com o reajuste apresentado para orçamentos dos demais órgãos e Poderes. O parlamentar defendeu que, através da realização das audiências públicas, o tema possa ser discutido de forma mais ampla com o Ministério Público da Paraíba, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PB), a Defensoria Pública do Estado, o Tribunal de

Calendário

Audiências Públicas

- Dia 11 de Maio
Campina Grande
- Dia 18 de maio
Cajazeiras
- Dia 26 de maio
João Pessoa

Justiça da Paraíba (TJPB) e com a própria Assembleia. "Considero importante que possamos discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias da forma mais ampla possível. É uma discussão que nós devemos levar à equipe técnica do Estado. Podemos aprimorar este reajuste para que ele possa, de fato, atender aos Poderes e não prejudicar seus orçamentos".

Mais audiências

Na semana seguinte é a vez de Cajazeiras, também na Câmara Municipal, na

quinta-feira 18 de maio, às 15h.

E encerrando o ciclo de Audiências, será realizada a de João Pessoa no dia 26 de maio, às 9h, no Plenário da Assembleia Legislativa.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece quais serão as metas e prioridades para o ano seguinte. Para isso, fixa o montante de recursos que o governo pretende economizar; traça regras, vedações e limites para as despesas dos Poderes; autoriza o aumento das despesas com pessoal; regula as transferências a entes públicos e privados; disciplina o equilíbrio entre as receitas e as despesas; indica prioridades para os financiamentos pelos bancos públicos. A LDO traz uma projeção das metas de resultados fiscais para o período 2024-2025, formulada de acordo com o Programa de Ajuste Fiscal do Estado, além de orientar a elaboração dos orçamentos Fiscal, de Seguridade Social e de Investimentos para o exercício financeiro de 2024.

ALPB inicia audiências itinerantes

Primeira reunião acontece, hoje, na Câmara Municipal de Campina Grande, às 10h, e última será em JP, dia 26

Juliana Teixeira
julianamaranjoteixeira@gmail.com

A Assembleia Legislativa da Paraíba inicia hoje, o ciclo de audiências públicas itinerantes em várias regiões, para debater a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2024). Na segunda-feira, 10, houve a votação do relatório preliminar do Projeto de Lei 300/2023 que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2024 durante a reunião virtual da Comissão de Orçamento, Fiscalização, Tributação e de Transparência. A aprovação foi o marco da abertura dos prazos regimentais para a realização de audiências públicas.

Os membros da comissão também definiram o calendário de discussões com a realização de audiências públicas em várias regiões da Paraíba.

O relator da LDO 2024, deputado Branco Mendes (Republicanos) emitiu parecer pela aprovação da tramitação da matéria na Casa de Epitácio Pessoa. Segundo ele, o texto enviado pelo Poder Executivo é cirúrgico e atende ao planejamento das demandas específicas dos órgãos e Poderes. "Prestigia a harmonia entre os Poderes e o equilíbrio financeiro orçamentário. Opino fortemente pela admissibilidade e tramitação deste projeto de lei", argumentou o relator.

O presidente da Comissão de Orçamento, deputado Jutay Meneses (Republicanos) demonstrou certa preocupação com o reajuste apresentado para orçamentos dos demais órgãos e Poderes. O parlamentar defendeu que, através da realização das audiências públicas, o tema possa ser discutido de forma mais ampla com o Ministério Público da Paraíba, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PB), a Defensoria Pública do Estado, o Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) e com a própria Assembleia. "Considero importante que possamos discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias da forma mais ampla pos-

sível. É uma discussão que nós devemos levar à equipe técnica do Estado. Podemos aprimorar este reajuste para que ele possa, de fato, atender aos Poderes e não prejudicar seus orçamentos".

A primeira audiência pública itinerante acontece hoje, na Câmara Municipal de Campina Grande, às 10h da manhã.

Na semana seguinte é a vez de Cajazeiras, também na Câmara Municipal, na quinta-feira 18 de maio, às 15h.

E encerrando o ciclo de audiências, realizaremos a de João Pessoa no dia 26 de maio, às 9h, no Plenário da Assembleia Legislativa.

A Lei de Diretrizes Or-

çamentárias (LDO) estabelece quais serão as metas e prioridades para o ano seguinte. Para isso, fixa o montante de recursos que o governo pretende economizar; traça regras, vedações e limites para as despesas dos Poderes; autoriza o aumento das despesas com pessoal; regula as transferências a entes públicos e privados; disciplina o equilíbrio entre as receitas e as

despesas; indica prioridades para os financiamentos pelos bancos públicos. A LDO traz uma projeção das metas de resultados fiscais para o período 2024-2025, formulada de acordo com o Programa de Ajuste Fiscal do Estado, além de orientar a elaboração dos orçamentos Fiscal, de Seguridade Social e de investimentos para o exercício financeiro de 2024.

Audiências Públicas

CALENDÁRIO

- | | | |
|----------------|---|----------------|
| Dia 11 de maio | – | Campina Grande |
| Dia 18 de maio | – | Cajazeiras |
| Dia 26 de maio | – | João Pessoa |

Paraíba emituiu, em três dias, 85 registros civis

Êxito da ação foi obtido com entrega do documento para pessoas em situação de rua

O corregedor-geral de Justiça da Paraíba, desembargador Carlos Beltrão, e a presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB), desembargadora Fátima Bezerra Cavalcanti, acompanharam as atividades da Semana Nacional do Registro Civil, e verificaram o êxito da ação, que emituiu até ontem 85 certidões de registros civis para pessoas em situação de rua – público-alvo da iniciativa. Houve, ainda, cerca de 90 atendimentos relacionados aos serviços prestados pelo TRE. O evento ocorreu no Espaço Cultural José Lins do Rêgo e foi coordenado pela Corregedoria-Geral de Justiça em parceria com órgãos diversos.

O encerramento das atividades aconteceu, ontem, às 15h. As atividades contaram com a emissão gratuita de certidão de nascimento, título, CPF (com inscrição nova e atualização), segun-

“

Não estamos aqui fazendo nenhum favor, estamos fornecendo a vocês um direito

Fátima Bezerra

das vias de documentos, atendimentos para demandas judiciais, por meio da Defensoria Pública do Estado, acesso ao Bolsa Família (entrada, atualização e transferência), consulta e cadastro no INSS, entre outros serviços.

Para o corregedor-geral de Justiça, desembarga-

dor Carlos Beltrão, os resultados foram positivos. “O comparecimento tem sido excelente. Vimos a alegria de pessoas sendo atendidas e acolhidas em seus direitos. As equipes, atuando em parceria, também estavam animadas com o resultado do trabalho realizado”, avaliou.

Também a presidente do TRE, desembargadora Fátima Bezerra, falou com os presentes sobre a importância da documentação. “Não estamos aqui fazendo nenhum favor, estamos fornecendo a vocês um direito. Um documento no bolso é a porta de entrada para conseguir acessar um programa de moradia, um emprego, ou para voltar a estudar. Um documento no bolso pode tirar vocês da situação de rua”, afirmou.

A secretária de Estado de Desenvolvimento Humano, Pollyana Dutra, também comentou o sucesso da

ação. “O governo trouxe a estrutura para dar acesso à chave que abre as portas para outros direitos. A palavra de ordem é gratidão por esta iniciativa tão importante”, declarou.

■

Houve, ainda, cerca de 90 atendimentos relacionados aos serviços prestados pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Mortes na História

189 — Lingdi, imperador da China

1961 — Gary Cooper, ator norte-americano

1984 — Pedro Nava, escritor e médico brasileiro

2014 — José Francisco das Chagas, poeta (PB)

2018 — Rômulo Gouveia, político (PB)

2018 — Epitácio Cafeteira Afonso Pereira, político (PB)

2019 — André Avelino de Queiroga, médico e político (PB)

2019 — Doris Day, atriz norte-americana

2020 — José Belarmino de Souza, **defensor público** (PB)

Lei tipifica e define as punições dos crimes de discriminação

A Lei nº 7716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei de Crime Racial) tipificou e definiu as punições para os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Assim, enquanto o racismo é entendido como um crime contra a coletividade, a

injúria é direcionada ao indivíduo.

No dia 11 de janeiro deste ano, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou uma Lei que equipara o crime de injúria racial ao de racismo, que é inafiançável e imprescritível. O texto inscreve a injúria, contida no Código Penal,

na Lei do Racismo e cria o crime de injúria racial coletiva.

Portanto, qualquer agressão por conta raça, cor, etnia, religião ou origem da pessoa passa a ser punido de forma mais rigorosa. A Lei nº 14.532, de 2023 aumenta a pena para injúria racial: de dois a cinco anos de reclusão (antes era de um a três anos).

A pena de um a três anos de reclusão continua para a injúria relacionada à religião ou à condição de pessoa idosa ou com deficiência, aumentando para dois a cinco anos nos casos relacionados a raça, cor, etnia ou procedência nacional. Além disso, todos os crimes previstos na Lei 7716 terão as penas aumentadas em um terço até a metade quando ocorrerem em contexto ou com intuito de descontração, diversão ou recreação.

Em relação ao crime de injúria, com ofensa da dignidade ou decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional, a pena é aumentada da metade se o crime for cometido por duas ou mais pessoas. Quando a injúria racial ou por origem da pes-

soa for cometido por funcionário público no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las, a pena será aumentada em um terço.

O que as vítimas podem fazer?

Na interpretação da lei, o juiz deve considerar como discriminação qualquer atitude ou tratamento dado à pessoa ou a grupos minoritários que cause constrangimento, humilhação, vergonha, medo ou exposição indevida e que normalmente não aconteceria com outros grupos em razão da cor, etnia, religião ou procedência.

Neste sentido, Carla Uedler afirma que sempre que as vítimas de racismo ou injúria racial se sentirem lesadas, podem fazer denúncia dos casos de forma presencial ou pela internet. A vítima precisa fazer um boletim de ocorrência na Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Homofóbicos, Racismo e Intolerância Religiosa (Dechradi), localizada na mesma casa da Delegacia Especializada no Atendimento ao Idoso

na Avenida Francisca Moura, no Centro de João Pessoa.

Em caso de flagrante, deve-se ligar para o 190 da Polícia Militar ou o 197 (Disque Denúncia da Polícia Civil). A vítima também poderá ir ao Centro de Referência de Enfrentamento ao Racismo e Intolerância Religiosa, na Rua Rodrigues de Aquino, no Centro da Capital, próximo à OAB/PBe ao Fórum Criminal. Neste local, a pessoa terá acompanhamento especializado de equipe multidisciplinar que indicará os procedimentos necessários. Também é possível entrar em contato pelos telefones: (83) 3221-6328 e WhatsApp (83) 99340-3946.

Outra opção é a abertura de denúncia no Ministério Público Estadual (MPPE) e nos casos de racismo pela internet no Ministério Público Federal. Nestes casos, a vítima deverá estar acompanhada de advogado ou da **defensoria pública** e deverá contactar a OAB/PB, para podermos acompanhar as denúncias se assim a vítima o desejar.



Lei nº 14.532, de 2023, aumenta a pena para a injúria racial

DPE-PB realiza campanha de inclusão

Iniciativa integra ação nacional e será lançada sexta-feira para defender os direitos das pessoas com deficiência

Juliana Cavalcanti
julianacavalcanti@pe.pb.gov.br

A Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) lança sexta-feira a campanha de ação pela inclusão, iniciativa que defende os direitos das pessoas com deficiência. O evento acontece na Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (Funad), no bairro Pedro Gondim, em João Pessoa, além de outras celebrações pelo Dia da Defensora e do Defensor Público. A iniciativa integra uma campanha nacional.

A campanha tem ainda a finalidade de promover a educação em direitos humanos e servir como instrumento contra o capacitismo, que é a discriminação e o preconceito contra pessoas com deficiência por entender que são "incapazes". A campanha é uma iniciativa da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep) e foi lançada em Brasília, no dia 4 de maio.

A mobilização nacional é promovida pela Anadep, Associações Estaduais e do DF e Defensorias Públicas e além da parceria das Defensorias Públicas estaduais tem o apoio dos Ministérios dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) e da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

"A Anadep lançou este ano a campanha 'Defensoria Pública: em ação pela inclusão' relacionada à inclusão das pessoas com deficiência. Isso significa que todas as Defensorias vão se empenhar em ações voltadas para esse público. Esse tema vai estar ainda mais na pauta das ações de todas as Defensorias no Brasil", explica a coordenadora do Núcleo Especial de Cidadania e de Direitos Humanos (NECIDH) da



Campanha é uma iniciativa da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos e foi lançada em Brasília dia 4 de maio

DPE-PB, Fernanda Peres.

Assim, a programação do evento na Funad inclui diversas atividades com foco na inclusão social oferecidas pela Defensoria Pública da Paraíba, tais como atendimento jurídico gratuito do projeto Defensoria Itinerante, a partir das 8h, além de uma Roda de Diálogo com defensores públicos (que atuam especialmente na defesa e proteção da pessoa com deficiência) para escuta de lideranças da sociedade civil, a respeito das principais demandas do segmento, às 9h.

Além do projeto Itinerante, a DPE-PB estará presente com o Núcleo Especial de Cidadania e de Direitos Humanos e o Núcleo Especial de Defesa e Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Ildas, Monitores de Rua e demais grupos vulneráveis (Nepediv).

Segundo a defensora pública, Fernanda Peres, a ideia é que na roda de diálogo, as lideranças apresentem o que esse grupo precisa, para que a Defensoria possa pautar suas atividades de acordo com as necessidades das pessoas com deficiência, ou seja, para orientar as próximas ações de acordo com o que eles estão precisando mais. "Vamos fazer o atendimento na Funad facilitando o acesso deste público com a Defensoria no local, além de com uma roda de diálogo com pessoas que representam cada segmento desse público: deficiências física, auditiva, visual, intelectual", detalhou.

A coordenadora do Núcleo Especial de Cidadania e de Direitos Humanos destacou a importância de ouvir este público para vencer as dificuldades sociais e ob-

servou que este grupo busca a garantia dos direitos previstos na lei, pois muitas vezes estes são violados. "Muitos buscam a Defensoria para que realmente essa inclusão não seja apenas uma previsão legal, mas que exista de fato o direito à saúde, à educação, à mobilidade urbana, dentre outros", afirmou.

Fernanda Peres ressaltou ainda que a campanha além de promover a educação em direitos também pretende servir como instrumento da luta anticapacitista e inclusão, a partir da conscientização sobre os direitos garantidos pela Lei Brasileira de Inclusão. Ela lembra que todo pensamento de que as pessoas com deficiência possuem menos condições do que uma pessoa sem deficiência estão ligados ao capacitismo.

Porém, reforça que a de-

ficiência não reduz a eficiência, pois essas pessoas não conseguem exercer as atividades devido às barreiras impostas pela sociedade: quando não conseguem entrar no ônibus por não existe plataforma, quando não tem nada indicativo em Braille em uma loja ou restaurante, dentre outras situações. "Uma empresa, invés de adaptar os instrumentos de trabalho pode preferir contratar uma pessoa sem deficiências julgando que aquela com deficiência não vai ter a mesma produtividade. Porém, as pessoas com deficiências (desde que sejam oferecidas as devidas condições) podem exercer todas as atividades. Quando elas não conseguem é por causa dessas barreiras e isso é o capacitismo", descreveu.

17,3 milhões têm uma deficiência

A pesquisa mais recente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que no Brasil 17,3 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência. Para este público, existe a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que se baseia na Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

De acordo com seu texto, consideram-se Pessoas com Deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Defensorias Públicas

A Defensoria Pública é a instituição que garante acesso à Justiça para pessoas em situações de vulnerabilidade ou que não podem pagar os serviços de um(a) advogado(a) particular.

Os defensores públicos realizam orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos direitos daqueles que precisam, de forma integral e gratuita.

No Brasil, a Defensoria Pública realiza em média 15 milhões de atendimentos por ano. A Anadep calcula que, ao menos, 10% do total de atendimentos são voltados a direitos das pessoas com deficiência, por exemplo, o acesso à educação inclusiva, saúde integral, cotas no trabalho, moradia adequada, acessibilidade no transporte, cultura, esporte e lazer.

Defensoria disponibiliza serviços e promove conscientização

De acordo com a defensora pública-geral, Madalena Abrantes, durante esta semana, a programação será dedicada à inclusão. "Vamos colocar nossos serviços à disposição deste público para saber o que mais eles necessitam da Defensoria Pública", informou.

Assim, além do lançamento da campanha sobre inclusão nesta sexta-feira, a Defensoria realizou durante a semana diversas ações co-

memorativas do dia dedicado à Defensoria Pública, tais como a divulgação de cartilhas informativas desenvolvidas pela Escola Superior com o objetivo de promover a Educação em Direitos.

A primeira cartilha foi lançada no último domingo (14) - "Toda mãe tem direitos: um guia sobre os direitos maternos" que reuniu as principais normas em vigor na legislação brasileira que visam assegurar o exercício da ma-

ternidade. Já nesta quarta-feira (17), a DPE-PB lança o informativo pelo Dia Internacional de Combate à Homofobia, com o foco no combate à desinformação e na promoção do respeito à diversidade.

Em 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, a Defensoria Pública divulga uma cartilha que reúne informações sobre o tema, com intuito de facilitar a identificação e o enfrentamen-

tos casos de violência sexual infantil/juvenil.

Mobilidade urbana

No último dia 15, a defensora pública-geral, Madalena Abrantes, recebeu o autor e presidente da Frente Parlamentar de Mobilidade Urbana na Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), o deputado George Moraes, para debater os problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência no estado.

A reunião teve o objetivo de alinhar as ações voltadas à melhoria da mobilidade urbana para este público. Na oportunidade, Madalena Abrantes destacou a integração da DPE-PB à campanha nacional de luta pelos direitos das pessoas com deficiência.

A coordenadora do Núcleo Especial de Cidadania e de Direitos Humanos, Fernanda Peres, destacou que era preciso observar as ne-

cessidades do segmento, pois a mobilidade urbana é o que confere autonomia para eles conseguirem exercer outros direitos. "Para ter o acesso à educação, por exemplo, precisam conseguir sozinho. O serviço público de transporte, as ruas, as avenidas e o trânsito tem que ser pensado de uma forma que atenda as pessoas sem e com deficiência para que todos tenham autonomia para realizar suas atividades", reforça.

TJPB emitiu 126 certidões de Registro Civil de 8 a 12 deste mês

Um total de 126 certidões de Registro Civil foi emitido durante a Semana Nacional do Registro Civil 'Registre-se', realizada de 8 a 12 de maio, na capital paraibana. A ação foi voltada à emissão de documentos de forma gratuita para pessoas em situação de rua, que, na ocasião, também foram atendidas pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB) para atualização e primeira via do título de eleitor.

Conforme dados da Semana, houve, também, a emissão de 88 carteiras de identidade, 55 atendimentos feitos

pela **Defensoria Pública**, 34, pela Receita Federal e 36, pelo Cadastro Único para encaminhamento a programas do Governo Federal.

Taciana Gomes, que vive numa Casa de Acolhimento da capital, foi uma das beneficiadas com a ação. "Pude tirar a certidão, que eu tinha perdido quando fui pra Casa de Acolhida. Dei entrada numa nova carteira de identidade, pois a minha era antiga e o banco me cobrava um documento com foto atual. Preciso disso para receber o benefício", contou.

Ao encerrar o evento que

devolveu a documentação a um público em situação de vulnerabilidade, o corregedor-geral de Justiça da Paraíba, desembargador Carlos Beltrão, agradeceu aos envolvidos e adiantou que o projeto deverá ser expandido para alcançar todo o Estado. "Uma ação que alcança pessoas invisibilizadas", disse.

O juiz-corregedor Antônio Carneiro também falou sobre a importância da iniciativa, que, na Paraíba, foi coordenada pela Corregedoria-Geral de Justiça, em parceria com órgãos diversos. "O envolvimento de todos co-

laborou com este resultado. Temos um Judiciário não apenas para proferir sentenças e decisões. Saímos dos fóruns e gabinetes, fomos até as pessoas, dialogamos com a população sobre direitos. Isso foi muito positivo", avaliou.

A representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano (SEDH), Rosângela Assunção, coordenadora do Comitê Gestor Estadual do Planos Social do Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica da Paraíba, disse que, além dos números, o evento foi importante para chamar a atenção

para os segmentos da população que sofrem com a ausência de documentos.

Registre-se

Juiz Antônio Carneiro orientou a realização da Semana Registre-se "Foi muito satisfatória a Semana. Esperamos poder pensar para as próximas edições formas de expandir a ação para alcançar outros segmentos da população, como indígenas, quilombolas, ciganos, pessoas abrigadas e outros", declarou a coordenadora.

A Semana 'Registre-se' é um evento do Conselho Na-

cional de Justiça (CNJ) e, nos estados, foi coordenada pelas corregedorias-gerais de Justiça. Na Paraíba, além do TRE-PB, Defensoria e SEDH, contou com as parcerias da Associação dos Notários e Registradores do Estado (Anoreg), Associação dos Registradores das Pessoas Naturais da Paraíba (Arpen), Ministério Público estadual, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Casa da Cidadania (SEDHUC), Funesc, Instituto da Polícia Civil (IPC), Polícia Militar, Hospital Padre Zé e Ação Social Arquidiocesana.

18/05

• JORNAL UNIÃO

Caderno Geral - 09

Cartilha para proteger as crianças

Publicação da DPE-PB orienta população a combater o abuso e exploração sexual e identificar casos

Assegurar os direitos da população em situação de vulnerabilidade é uma das missões da **Defensoria Pública** da Paraíba (DPE-PB), por isso, no Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, celebrado nesta quinta-feira (18), a instituição lança uma cartilha para orientar a população sobre esse tipo de violência, responsável por quase 46 mil casos registrados no país, em 2021, segundo dados Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022.

O objetivo é levar informações à sociedade para estimular a prevenção e divulgar os instrumentos de apoio às vítimas.

O lançamento da cartilha "Violência sexual contra criança e adolescente: como identificar e enfrentar casos de violência sexual infantil/juvenil" também integra as ações da DPE-PB pelo Dia da **Defensoria Pública**, comemorado nesta sexta-feira, e que tem como tema central a inclusão. A cartilha está disponível no formato impresso e digital e será utilizada em atividades de educação em direitos realizadas pela **Defensoria Pública**.

"A violência está presente na sociedade de diferentes formas e, quando se trata de crianças e adolescentes, é necessário utilizar todos os instrumentos disponíveis para combater

possíveis práticas criminosas. Uma importante ferramenta é a informação. Saber identificar quando está havendo uma agressão é essencial para romper um ciclo de abuso que afeta a infância", destaca a defensora pública-geral, Madalena Abrantes.

A cartilha foi elaborada pela Escola Superior Defensor Público Manoel Lopes de Carvalho, com apoio do Núcleo Especial de Proteção à Criança e à Juventude (NEPIJ), e está disponível para consulta no site da DPE-PB. "É um material que foi pensado para orientar não apenas os responsáveis pelas crianças e adolescentes, mas também as vítimas, que po-

dem conhecer mais sobre as diferentes agressões e desenvolver importantes mecanismos de defesa", avaliou a diretora da Escola Superior, Monaliza Montenegro.

No país, 76,5% dos casos de agressão sexual são praticados no ambiente doméstico, além disso, os agressores quase sempre são homens e possuem alguma relação de parentesco com as vítimas, conforme detalha o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022. Por isso, envolver toda a sociedade neste debate é fundamental. Um dos canais disponíveis para recebimento de denúncias é o Disque 100, mas o NEPIJ/DPE-PB

oferece assistência para garantir a efetivação dos direitos desse público.

Maio Laranja

O Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes foi escolhido em função do caso de Araceli Crespo, ocorrido em 1973, no Espírito Santo. A menina tinha oito anos quando foi sequestrada na saída da escola e, durante dois dias, foi drogada e estuprada, até ser assassinada no dia 18 de maio. A data deu origem à campanha Maio Laranja, que reúne ações de conscientização e prevenção ao abuso de menores no Brasil.



Acesse o QRCode acima para fazer download da cartilha

20/05

• JORNAL UNIÃO

Caderno Políticos - 13

Secretário destaca planejamento

Gilmar Martins participa de audiência pública itinerante realizada pela Assembleia Legislativa em Cajazeiras

O secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Gilmar Martins, participou de audiência pública itinerante realizada pela Assembleia Legislativa da Paraíba no município de Cajazeiras, no Sertão do estado. O evento discutiu o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2024 e contou com a participação de deputados estaduais, vereadores do município e representantes da sociedade civil.

O secretário destacou a importância dos instrumentos de planejamento para o efetivo desenvolvimento do estado. "Este ano, ainda teremos a elaboração da Lei do Plano Plurianual e da Lei Orçamen-

tária". Gilmar ainda ressaltou que o Governo do Estado também está presente nos municípios, através das audiências do orçamento democrático.

De acordo com o projeto de lei apresentado, fica estabelecido que o valor das propostas orçamentárias para o exercício de 2024 e o respectivo limite para fixação da despesa do Poder Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas do Estado, do Ministério Público e da **Defensoria Pública** será o valor aprovado na LOA 2023 vinculado à fonte/destinação de recursos "500 - Recursos não Vinculados de Impostos", acrescido do IPCA de julho de 2022 a junho de 2023.

"Hoje, temos uma gestão

na. Quando fizemos a projeção para o orçamento de 2023, levamos em consideração as possíveis perdas que teríamos com a mudança de arrecadação do ICMS e por isso é possível fazer uma gestão que priorize as demandas elencadas pela população na consulta popular que foi feita recentemente para a elaboração do projeto de LDO", explica Gilmar Martins.

De acordo com o cronograma de tramitação da LDO, o prazo para apresentação de Emendas ao PL vai até o dia 26 deste mês, data também em que deve acontecer a audiência pública em João Pessoa. A partir daí a Comissão terá até o dia 27 de junho para



Foto: Secom-PB

Mutirão fiscalizará preço da gasolina

Marcada para o dia 24, a ação tem como objetivo verificar se a redução dos valores nas refinarias chega às bombas

Agência Estado

O ministro da Justiça, Flávio Dino, anunciou, em entrevista na quinta-feira (18), um mutirão nacional para fiscalizar os preços nos postos de combustíveis. A ação, marcada para o dia 24 de maio, próxima quarta, tem como objetivo verificar se a redução dos preços nas refinarias chega às bombas.

Na última terça-feira (16), a Petrobras anunciou reduções nos preços da gasolina, do óleo diesel e do gás de cozinha (GLP), que passaram a valer na quarta (17).

A estatal também anunciou uma nova política de preços. Segundo Dino, os postos são rápidos para repassar altas nos preços, mas não são tão rápidos quando há reduções. "Não há razão para a assimetria", disse o ministro.

O chamado "Mutirão do Preço Justo" será realizado juntamente a prefeituras e Procons regionais e terá as informações coletadas apresentadas em um relatório no dia 30 de maio. Postos que eventualmente estejam desalinhados com as boas práticas de mercado serão identificados e, se houver práticas abusivas, haverá aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

sentantes do sistema nacional de defesa do consumidor, incluindo Procons, ministérios públicos e defensorias, entidades da sociedade civil, OAB, Cade e ANP.

Wadih Damous, secretário titular da Senacon, afirmou que o sistema de proteção ao consumidor recebeu diversas denúncias de fraudes a partir da quarta-feira, dia em que as reduções de preços anunciadas pela Petrobras para as refinarias começaram a valer.

Segundo essa denúncia, postos estariam primeiro aumentando os preços para aplicar uma redução depois, sem efeito para o consumidor. "Nós temos que entender e reconhecer que essa medida da Petrobras beneficia toda a população brasileira. E essa medida tem que ser cumprida. E a sua execução tem que ser protegida, tem que ser fiscalizada", afirmou.

Ele fez um apelo para que a sociedade ajude a fiscalizar, denunciando os estabelecimentos que não repassam as reduções de preço ao consumidor.



Flávio Dino disse que os postos são rápidos para repassar altas nos preços, mas não quando há reduções

■ Na última terça-feira (16), a Petrobras anunciou reduções nos preços da gasolina, do óleo diesel e do gás de cozinha, que passaram a valer na quarta (17)

DEFENSORIA

Deputados aprovam reajuste para categoria

Os deputados estaduais aprovaram o Projeto de Lei (481/2023) para reajustar em cerca de 12% os subsídios dos Defensores Públicos da Paraíba. Enviado pela **Defensoria Pública** do Estado (DPE-PB), a matéria foi aprovada por unanimidade e agora segue para a sanção do Executivo.

A **Defensoria Pública** é instituição de orientação jurídica, promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita a quem precisa.

O Projeto segue para a sanção do governador João Azevêdo e caso seja autorizado, os defensores públicos devem receber, retroativo a 1º de abril, os proventos entre R\$ 15,6 mil e R\$ 18,2 mil, a depender da categoria.

Segundo o texto enviado pela Defensoria, o reajuste servirá de reposição parcial das perdas inflacionárias dos últimos anos e segue as dotações orça-

mentárias previstas na Lei Orçamentária Anual de 2023. A matéria já havia passado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e obteve parecer favorável do relator, o deputado João Gonçalves.

Em segundo Turno

Foi aprovado em segundo turno e por maioria, o projeto de lei enviado pelo governador João Azevêdo (PSB) que transfere o Hospital da Polícia Militar General Edson Ramalho para a estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde. O equipamento deve passar para a administração da Fundação PB Saúde.

Diferente do primeiro momento, a matéria teve tramitação rápida e os parlamentares de oposição votaram contra, mas não houve obstrução da análise. A matéria já havia sido aprovada em primeiro turno na semana passada.

Ontem, 20 parlamentares e contrários de 10 oposicionistas à mudança.

Participação popular está encerrada

Última audiência pública foi realizada, ontem, na Câmara Municipal, com presença do secretário Gilmar Martins

Juliana Teixeira
julianaaraujoteixeira@gmail.com

Uma audiência realizada ontem na Câmara Municipal de João Pessoa fechou o ciclo de participação popular e de outros poderes para a construção da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2024.

A audiência, liderada pelo presidente da Comissão de Orçamento, Fiscalização, Tributação e Transparência da Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), deputado estadual Jutay Meneses (Republicanos) teve a participação do secretário de Planejamento Orçamento e Gestão, Gilmar Martins, do procurador geral de Justiça, Antônio Hortêncio Rocha e representante da Defensoria Geral da Paraíba, Madalena Abrantes entre outras autoridades.

O secretário Gilmar Martins já apresentou durante a audiência um esboço do que será o orçamento de 2024, no que diz respeito aos repasses feitos Paraíba demais poderes. Segundo o titular do Planejamento, o Governo repassará R\$ 1 bilhão .809 milhões 448 mil utilizando a projeção do IPCA de abril de 2022 a março de 2023 (4,65%). Os valores são uma perspectiva de remunera-

Governo repassará mais de R\$ 1,8 bilhão, utilizando a projeção do IPCA de abril de 2022 a março de 2023, que ficou em 4,65%

ção dos servidores públicos.

"Traçamos as diretrizes para o orçamento 2024 junto com o diálogo com a sociedade. As sugestões prioridades da população foram: habitação, desenvolvimento local e agricultura, bem estar animal, educação e saúde", explicou Gilmar.

O secretário estadual de Planejamento, Orçamento e Gestão, Gilmar Martins de Carvalho, argumentou que debater o orçamento do Poder Executivo com os demais poderes, autarquias e também com a população, além de ser motivo de muita satisfação, é uma oportunidade de dialogar sobre o planejamento que reflete na vida de todo cidadão paraibano. "Quanto mais se discute,



Vereadores, secretários de Estado e representantes da sociedade civil foram, ontem, à sessão da Câmara debater sobre a LDO

quanto mais se fala, as pessoas vão se apropriando desse conhecimento e vão chegando mais próximo do governo, participando das audiências públicas", comemorou o secretário.

A defensora pública-geral, Madalena Abrantes, destacou as dificuldades da instituição e a necessidade de chegar a todas as jurisdições do Estado, conforme determina a Emenda Constitucional 80. Para isso a Defensoria Pública precisa nomear os aprovados no concurso público finalizado no início deste

ano. "Temos muitas dificuldades com estruturas físicas e também de pessoal. Precisamos nomear novos defensores para suprir o déficit que já chega a 131 membros", disse. Os parlamentares integrantes da Comissão demonstraram a preocupação

com a queda do IPCA, disparidade com o crescimento do estado e o orçamento dos poderes. Segundo Jutay Meneses é preciso rever os índices de reajuste dos orçamentos, para que poderes não fiquem aguardando o estado fazer aporte.

Mulheres terão prioridade no Sine-PB

Sedh e Defensoria Pública da Paraíba assinaram termo de cooperação técnica para oferecer atendimento

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (Sedh), o Serviço Nacional de Emprego na Paraíba (Sine-PB) e a Defensoria Pública do Estado da Paraíba assinaram termo de cooperação técnica com o objetivo de destinar vagas de empregos, disponibilizadas pelas empresas, por intermédio do Sine-PB, para mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos maiores de 18 anos, encaminhados pela Defensoria.

O atendimento prioritário e especializado será realizado nos postos do Sine-PB nos municípios de João Pessoa, Cabedelo, Santa Rita, Bayeux e Campina Grande.

A secretária de Estado do Desenvolvimento Humano, Pollyanna Dutra, celebra a iniciativa que, para ela, é um marco na garantia dos direitos das mulheres. "O Governo do Estado é sensível a esta causa porque sabe que o acesso ao emprego para as mulheres vítimas de violência doméstica pode representar a virada de chave na vida delas. A falta de recursos financeiros é um dos fatores propulsores dessa violência, e esse encaminhamento prioritário visa contribuir com a diminuição dos casos relacionados a esse fator", disse.

Segundo dados da Vigilância Socioassistencial da Sedh, em 2022, os Centros de Referência Especializados de Assistência Social registraram o acompanhamento de 863 casos de violência doméstica contra mulheres, no Estado da Paraíba.

O termo de cooperação assinado atende o que preconiza a Lei Federal nº 14.542/2023, que dispõe sobre a prioridade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine).

Angélica Lúcio

angelicalucio@gmail.com

Quer levar uma ideia adiante? Conheça seu público!

"Sorvete saboroso! Sorvete delicioso! É uma promoção especial de sorvete: 10 bolas de sorvete por 1 real. Dez bolas por um real! Traga a vasilha. Traga a va-si-lha". Durante muito tempo, imaginei que esse anúncio popular estivesse restrito à minha aldeia. Para minha surpresa, descobri esses dias que tal publicidade passou de um bairro a outro, avançou divisas e até fronteiras entre estados. Minha descoberta se deu durante uma conversa num grupo de comunicadores sobre a necessidade de adequação de canais a cada público.

O mote foi minha coluna da semana passada sobre os brasileiros com acesso à internet versus os excluídos digitais. Em tempos de Inteligência Artificial, transmissões on-line, realidade virtual, metaverso e as mais diversas possibilidades de interação por redes sociais, muitas vezes deixamos para trás quem não faz parte desse universo. E não inserimos em nossas ações produtos que podem ser desenvolvidos para além do mundo digital, como spot para carro de som ou veiculação em rádio, cartazes, pan-



Ilustração: Pixabay

fletos, folders e veiculação de anúncios em jornais e revistas.

No afã de "bombarmos" no cenário online, esquecemos que o offline existe e dá resultados. Também ignoramos que ações simples podem gerar mais impacto do que outras elaboradas e bem mais onerosas. Um carro de som circulando pelos bairros onde ha-

rá uma ação de **Defensoria** Pública itinerante, por exemplo, será muito mais eficiente do que um vídeo postado no TikTok ou no Instagram. Do mesmo modo, um aviso simples, com texto conciso e direto, pode chegar de forma mais certa ao público, mesmo quando apenas lido durante uma reunião.

Ouvi um exemplo desses durante um curso que fiz sobre redes sociais. Um dos participantes citou que precisava divulgar um curso de informática básica para pessoas 60+ e procurou ajuda do setor de Comunicação Social do órgão em que atuava. A capacitação foi divulgada nas redes sociais oficiais e no site institucional. Às vésperas do curso começar, porém, praticamente ninguém havia feito a inscrição. Como resolver o problema?

A comissão responsável pela capacitação foi a algumas igrejas da comunidade e pediu para dar um aviso ao fim da celebração. Resultado: a notícia logo se espalhou entre o público de interesse e todas as inscrições foram preenchidas em pouquíssimo tempo!

Enquanto conversava com meus colegas

de trabalho sobre essas iniciativas offline, ouvi outros casos interessantes. No Maranhão, é comum a adoção da famosa "bike som" para divulgações em comunidades. Tal veículo também costuma ser utilizado no Pará, em Pernambuco, Ceará... Seja de bicicleta/moto, seja de carro, a propaganda volante se traduz em eficiência.

Esse diálogo com amigos comunicadores me lembrou não apenas da importância do canal utilizado, mas também que o conteúdo precisa estar alinhado ao cotidiano do público de interesse. Quem são essas pessoas? Onde elas moram? A comunicação está afinada com a realidade delas? Como deve ser esse diálogo? Assim, a mensagem, o canal, e a forma como iremos transmitir algo precisa estar conectado a cada audiência. E todo e qualquer material deve ser produzido com linguagem e estética voltadas à realidade desse grupo, para alcançar mais e mais pessoas e auxiliar no acesso à informação.

Moral da história: seja para vender sorvete, seja para levar uma ideia adiante, conheça o seu público.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Capitais vão ter Casa da Mulher

Ministérios formalizam parceria para a construção e equipagem das unidades até dezembro de 2026

Agência Brasil

Os ministérios da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e das Mulheres assinaram, ontem, o Acordo de Cooperação Técnica que formaliza a parceria para a construção e equipagem das Casas da Mulher Brasileira até dezembro de 2026.

Desde o Dia Internacional das Mulheres (8 de março), o Governo Federal anunciou a construção de 40 casas, que serão distribuídas em todas as capitais brasileiras, além de cidades do interior, até o fim da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Estas casas foram definidas como eixo principal do Programa Mulher Viver Sem Violência, instituído neste mesmo dia. O programa do Governo Federal integra e amplia os serviços públicos existentes destinados às mulheres em situação de violência, por meio da articulação dos atendimentos especializados de saúde, segurança pública, justiça, rede socioassistencial e promoção da autonomia financeira.

MJSP

De acordo com a assessora especial do MJSP e também coordenadora do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), Tamires Sampaio, a pasta vai disponibilizar cerca de R\$ 344 milhões do Fundo Nacional de Segurança Pública para cumprir o acordo. A pasta será responsável por criar uma comissão de licitação para construção e compras de equipamentos das Casas da Mulher Brasileira. A previsão é que os trabalhos sejam iniciados ainda no primeiro semestre de 2023.

A assessora do Ministério da Justiça e Segurança Pública destacou a importância do acordo firmado. "Com a retomada do Pronasci 2, que tem como primeiro eixo o enfrentamento ao feminicídio e à violência contra a mulher, acreditamos que a Casa da Mulher Brasileira é um instrumento muito importante. Por isso, nós garantiremos a nacionalização e a construção destas 40 casas [da Mulher Brasileira]", afirmou Tamires Sampaio.

Desde o relançamento do Pronasci II, em março deste ano, o programa tem contribuído para enfrentamento à violên-

cia contra a mulher com a entrega aos estados de viaturas para as patrulhas Maria da Penha e apoio a delegacias locais especializadas de atendimento a mulheres.

Ministério das Mulheres

Na outra ponta do acordo firmado ontem, o Ministério das Mulheres terá a responsabilidade de confirmar a adesão dos governos estaduais para definição das cidades que abrigarão as casas. O ministério ainda deverá desenvolver o projeto de cada unidade, com os serviços que serão oferecidos à população em cada um dos espaços.

A ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, considera a Casa da Mulher Brasileira como uma política que deu certo, pois, segundo a ministra, a maioria dos estados e municípios deseja a instalação de uma unidade. No entanto, Cida Gonçalves fala dos desafios de ter vários serviços públicos em um mesmo espaço físico.

"Antes da construção, é preciso pactuar com Governo do Estado, porque lá têm as Polícias Militar e Civil, essa com a delegacia especializada. Há ainda que trazer o Tribunal de Justiça, a **Defensoria Pública**, o Ministério Público e a Prefeitura Municipal. Então, você tem um leque de serviços. Então, eu sempre digo que há a arquitetura da obra, mas tem a arquitetura para você colocar a casa para funcionar de fato."



Governo Federal anunciou 40 casas, que serão distribuídas também nas cidades do interior

O Ministério das Mulheres terá a responsabilidade de confirmar a adesão dos governos estaduais para definição das cidades que abrigarão as casas

Ministério da Justiça e Segurança Pública vai disponibilizar cerca de R\$ 344 milhões do Fundo Nacional de Segurança Pública para cumprir o acordo



Foto: Fábio Pozzobon/ Agência Brasil

Cida Gonçalves considera a Casa da Mulher Brasileira como uma política que deu certo no país

Programa Mulher Viver Sem Violência

A Casa da Mulher Brasileira é considerada um equipamento público estratégico do Programa Mulher Viver Sem Violência. No mesmo espaço físico, os serviços públicos oferecidos são da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; Juizado Especializado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; Promotoria Pública Especializada da Mulher; Defensoria Pública Especializada da Mulher; atendimento psicossocial; alojamento de passagem; brinquedoteca; serviço de orientação e direcionamento para programas de auxílio; promoção

da autonomia econômica; geração de trabalho, emprego e renda, bem como a integração com os demais serviços da rede de saúde e socioassistencial; e central de transportes, que integrará os serviços da Casa aos demais serviços existentes da rede de atendimento às mulheres em situação de violência.

A ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, lista vantagens do funcionamento da Casa para vítimas de violência. “Quando a mulher não tem todos os serviços em um mesmo lugar, vai demorar uns sete dias para ser atendida na integralidade, por-

que, em cada dia, ela terá que se deslocar a um local. Mas, na Casa da Mulher Brasileira, ao contrário: em um dia, esta mulher passa por todos os processos. Na delegacia, juizado, Ministério Público, Defensoria Pública e tem o atendimento psicossocial. O segundo ponto é que a vítima já sai com a medida protetiva de urgência dali”.

Resultados

“O funcionamento de uma unidade da Casa da Mulher Brasileira é muito efetivo, apresenta resultado e garante a vida das mulheres”, conclui a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves.

Atualmente, há sete Casas com este modelo no Brasil, localizadas em Campo Grande (MS), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), São Paulo (SP), Boa Vista (RR), Ceilândia (DF) e São Luís (MA).

O Ministério das Mulheres confirma a implementação de 11 novas Casas da Mulher Brasileira, em diferentes estágios que variam desde o processo de licitação até a construção, nas seguintes localidades: Salvador (BA), Teresina (PI), Macapá (AM), Goiânia (GO), Palmas (TO), Manaus (AM), Rio Branco (AC), Aracaju (SE), Belo Horizonte (MG), Ananindeua (PA) e Vila Velha (ES).